

Exmo. Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia
e Ensino Superior,

Professor Doutor Manuel Heitor,

Assunto: Pelo adiamento da desintegração dos Mestrados Integrados

Através do Decreto-Lei n.º 65/2018, o Governo procedeu à alteração do Regime Jurídico dos graus e diplomas do ensino superior. Entre várias mudanças, foram “alteradas as condições em que é justificada a criação de mestrados integrados, limitando a sua existência aos casos em que a existência de condições mínimas de formação iguais ou superiores a 300 créditos estejam fixadas por diretiva europeia para o acesso ao exercício de determinadas atividades profissionais.” Face a esta alteração, foi garantido um período transitório para adaptação destes ciclos de estudos, período esse que termina no presente ano letivo, estando já previsto que os novos estudantes que ingressem no ensino superior no próximo ano letivo, o façam através de um desses novos ciclos de estudos: Licenciatura com a duração de 3 anos ou Mestrado com a duração de 2 anos.

Como sabe, esta alteração tem enormes consequências nos cursos de Engenharia do subsistema universitário, largamente adaptados aos modelos de Mestrados Integrados. Só na FEUP, esta alteração tem impacto direto em mais de 5000 estudantes inscritos em diversos Mestrados Integrados.

A desintegração destes Mestrados Integrados em ciclos de 3+2 foi já amplamente discutida e, mesmo não sendo do agrado de todos, é consensual o facto de que esta medida possibilite a existência de alguns benefícios. Acreditando no valor dessas melhorias, é verdade também que a força motriz da mudança deve ser a evolução, **devendo estar criadas todas as condições** para que a “força resultante” seja positiva. Ora, são exatamente essas condições que estamos em crer não estarem reunidas.

Há três anos atrás, aquando da alteração legislativa promovida por V. Exa, estávamos longe de imaginar que viveríamos hoje uma situação pandémica dramática com consequências tão brutais na Sociedade, com impactos na Saúde de milhões de portugueses, com alteração forçada de modos de vida, com a destruição massiva de emprego e consequente perda de

rendimentos, bem como com alterações profundas no processo de ensino-aprendizagem generalizado a todos os graus de ensino.

Atendendo ao pilar concreto da Educação — essencial para o desenvolvimento e crescimento dos países e, em nossa opinião, basilar para diversas áreas da vida em Sociedade — é incontestável o facto de que o tempo de permanência do vírus SARS-CoV-2 na nossa Sociedade potencia uma perda de qualidade na Educação - do Básico ao Superior. Temos por certo, opinião corroborada por inúmeros especialistas, que as novas gerações estão já a ser severamente afetadas não só na sua formação académica, mas também na sua formação pessoal e no seu saudável desenvolvimento.

Será este o melhor momento para mudar?

De acordo com o mais recente inquérito realizado pela AEFEUP à comunidade estudantil tendo em vista avaliar os impactos socioeconómicos causados pela pandemia até à data, apresentam-se algumas conclusões preocupantes. De entre os 1374 estudantes da FEUP que participaram, 31% dos inquiridos afirmam que o seu agregado familiar sofreu uma redução nos rendimentos entre 33% e 100%. Várias dezenas de colegas nossos tiveram de começar a trabalhar para poderem continuar os seus estudos e cerca de metade dos que já eram trabalhadores estudantes perderam os seus postos de trabalho devido à pandemia, ficando numa situação económica mais frágil. Para lá disso, preocupa-nos que os nossos colegas admitam viver graves dificuldades financeiras, correndo o risco de ter de abandonar o Ensino Superior.

No meio de todo este infeliz conjunto de dificuldades, preocupações e incertezas, não nos parece que seja este o momento oportuno para concretizar uma mudança com o impacto que a desintegração dos Mestrados Integrados terá no percurso académico dos estudantes da FEUP.

Será este o melhor momento para mudar?

No que diz respeito ao processo de transição, em relação ao corpo Docente, a preocupação é generalizada e já há algum tempo que se faz sentir. Mais uma vez, a pandemia tem obrigado

esta classe a adaptar-se (e readaptar-se) sucessivamente: Têm sido várias as oscilações entre o ensino a distância com avaliação distribuída, passando novamente para avaliação final, seguindo-se um regime “híbrido” da atividade letiva e outro período a distância, com avaliações distribuídas e finais, somando-se épocas extraordinárias e épocas especiais.

São já diversas, inesperadas e exigentes as mudanças a que o extraordinário contexto que vivemos obriga pelo que não nos parece ser a altura certa para adicionar a estas toda a carga de trabalho que este processo de desintegração exige.

Será este o melhor momento para mudar?

No que concerne aos serviços, mais concretamente ao Pessoal Não Docente, que tem tido as exigências do teletrabalho, ora em casa, ora no seu posto de trabalho na FEUP, há ainda muitas dúvidas para as quais não há resposta. É ainda uma incógnita o tempo que será necessário para proceder à alteração de todas as configurações inerentes a esta transição, desde a atualização da informação nos respetivos portais, às inúmeras dúvidas que terão de ser esclarecidas aos estudantes sobre os milhares de processos de transição. A inscrição dos estudantes nos novos ciclos de estudo e reingresso dos “estudantes de transição” nas várias unidades curriculares acarretará, certamente, um esforço extraordinário. Este trabalho adicional não nos parece compaginável com a situação de elevada instabilidade que estamos a viver.

Será este o melhor momento para mudar?

Devido à instabilidade do momento e às incertezas que se acentuam perante o possível desconfinamento e uma eventual 4ª vaga, ainda não há como ter certeza de como ocorrerão as avaliações do 2º semestre deste ano letivo. Não podemos prever se serão realizadas a distância ou presencialmente, nem quanto tempo demorarão a ser realizadas de forma eficaz.

Não sabemos, por isso, se estarão os estudantes em condições de efetuar a transição, tendo de optar pelas novas unidades curriculares e eventualmente escolher entre os novos Mestrados. Além disso, é de reiterar que a alguns estudantes que estão neste momento a realizar um programa de mobilidade internacional foi já pedido para escolherem as unidades curriculares de acordo com os novos ciclos de estudo, enquanto que a outros foram dadas

indicações em contrário, o que causou uma enorme desconfiança e incerteza na comunidade estudantil.

Por último, não é demais dizê-lo: alguns dos novos cursos não estão ainda devidamente acreditados pela A3ES. Assim, é inevitável que surjam dúvidas sobre a devida acreditação e registo em tempo útil, tendo em conta que é necessário fazer a devida ponderação da proposta, proceder-se a eventuais correções, ajustes e reavaliação, processo iterativo que pode ser demorado até à obtenção do resultado final. Apressar este procedimento para fazer corresponder o tempo de iteração ao tempo disponível é um erro que não deve ser cometido.

Este cenário corresponde ao que se passa na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), mas viver-se-á nas demais Instituições de Ensino Superior visadas neste processo de desintegração dos Mestrados Integrados.

Todos - estudantes, professores e técnicos - atravessam diversas dificuldades, não estando disponíveis, como certamente estariam em condições normais, para contribuir positivamente para esta mudança, que é de resto o objetivo principal - evoluir de forma positiva e melhorar o sistema.

Tendo em conta o exposto e certos de que encontraremos do lado do Governo disponibilidade e sensibilidade para atender a estas situações extraordinárias, solicitamos ao Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que tome as diligências necessárias tendo em vista o **adiamento da efetiva desintegração dos Mestrados Integrados** em novos ciclos de estudos de 1º e 2º ciclos para o **ano letivo 2022/2023**.

Subscrevo-me com os melhores cumprimentos,



José Araújo

Presidente da Direção da AEFEUP